



Em três dias, CPI do Cachoeira já recebeu 167 requerimentos

Senadores e deputados que fazem parte da comissão encaminharam, da quarta-feira, dia de instalação do colegiado, até a sexta, pedidos de depoimentos, de quebras de sigilos fiscal e bancário e de acesso a documentos sigilosos. Cachoeira e Demóstenes são os mais requisitados

Por enquanto, a comissão parlamentar de inquérito que apura as ligações do contraventor Carlinhos Cachoeira com o poder público e empresas privadas aprovou apenas um requerimento: o que solicita informações

ao Supremo Tribunal Federal, à Procuradoria-Geral da República e à Polícia Federal sobre as operações Vegas e Monte Carlo, que envolvem escutas gravadas, apreensão de documentos e prisões de acusados, incluindo Cachoeira.

Presidida pelo senador Vital do Rêgo, a CPI tem reunião marcada para a tarde desta quarta-feira, quando o relator, deputado Odair Cunha, apresentará um plano de trabalho. A comissão também deverá eleger seu vice-presidente. **3**

Novo ICMS para comércio eletrônico em pauta 4ª feira 2

Recursos do BNDES para rádio comunitária 2

Cidadão pode conhecer o Senado em visita virtual 2

Produção de cacau não consegue crescer

Endividados desde ataque de praga no início dos anos 1990, produtores de cacau não acompanham o crescimento do consumo. As soluções defendidas em

audiência da Comissão de Agricultura são renegociação de dívidas e investimento na divulgação de tecnologias como mudas mais resistentes e controle do manejo. **4**



SENAD/PR

Mata à beira de rio: ponto de discórdia no novo Código Florestal

Luiz Henrique critica deputados por Código Florestal e anuncia projeto

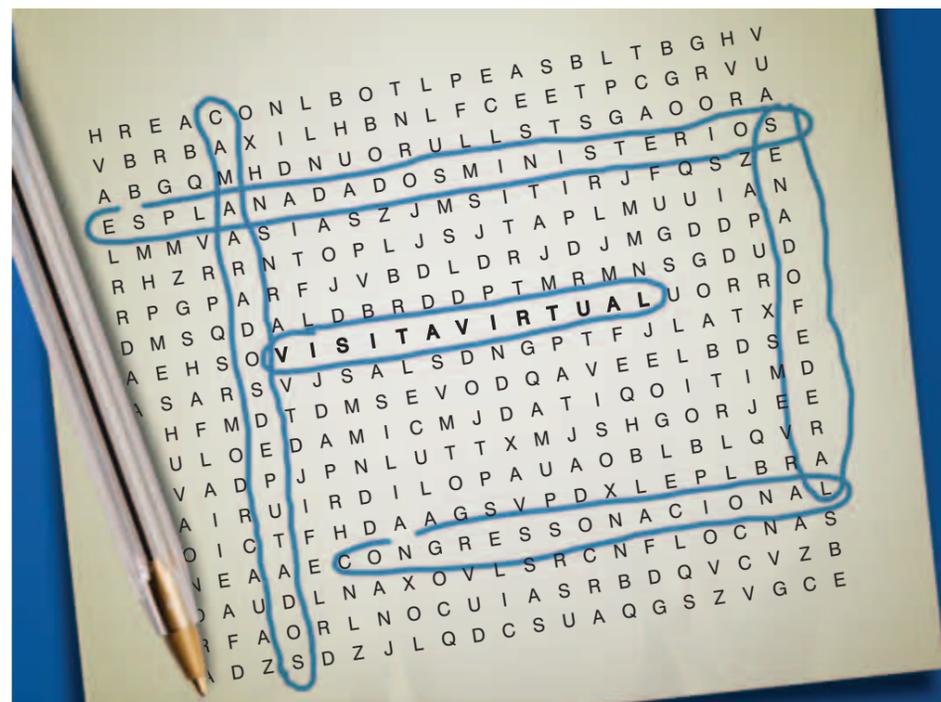
Senador disse que os deputados descumpriram a promessa de manter a versão do Código Florestal aprovada no Senado —

redigida com os próprios deputados. Em resposta, apresentou projeto que restaura os pontos derrubados na Câmara. **4**

Waldemir Barreto/Agência Senado



Guilherme Galvão, Walter Tegani, Eduardo Brandão, Acir Gurgacz, Jay Wallace, Raphael Hercelin e Wilson Destro na CRA



Se a falta de tempo não está deixando você encontrar os pontos turísticos da Capital, facilitamos para você.

Tenha uma visão panorâmica da Esplanada dos Ministérios e circule pelos principais espaços do Senado Federal. Para fazer a Visita Virtual, acesse o endereço www.senado.gov.br/visitavirtual ou o QRCode ao lado.



Programa que permite ao internauta visualizar os principais ambientes do Senado e obter informações sobre os senadores e seu trabalho foi lançado na sexta-feira

Visita Virtual ao Senado já está na internet

O SENADO LANÇOU na sexta-feira a Visita Virtual, programa que permite a visualização de ambientes da Casa pela internet. A ferramenta dá ao visitante a possibilidade de fazer um giro de 360 graus em cada espaço e obter informações sobre a história e o funcionamento do Legislativo.

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, disse que a Visita Virtual é mais um meio de aproximar o cidadão do Senado.

— Nosso local de trabalho é um monumento arquitetônico. Uma riqueza que é disponibilizada ao grande público tornando o Senado mais acessível ao cidadão. Mais do que imagens, a Visita Virtual traz textos com informações que vão ajudar o internauta a conhecer nossa história e o próprio processo legislativo — disse.

Para a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, a Visita Virtual deverá receber grande quantidade de acessos, tendo em vista o número de visitantes que o Palácio do Congresso recebe em seu programa de

visitas guiadas. Em 2011, foram quase 180 mil visitantes na Câmara e no Senado.

O internauta poderá, por exemplo, “entrar” no Plenário, principal espaço de debates e votações do Senado. Também é possível visualizar e ler os painéis da exposição permanente localizada no espaço que liga o Edifício Principal ao Anexo 2, conhecido como Túnel do Tempo.

Perfis dos senadores e fotos de obras de arte expostas no Salão Nobre são outros exemplos do que o cidadão vai encontrar. Para concluir, há perspectivas da Praça dos Três Poderes e da Esplanada dos Ministérios.

Transparência

Segundo o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, a Visita Virtual se soma a outras iniciativas para ampliar a transparência do Senado. Entre elas, a divulgação de informações administrativas pelo Portal da Transparência.

— As pessoas vão conhecer o que é o Senado. Não apenas



Andréa, Edna, Doris, Claudia e Iara no lançamento: aproximar o cidadão do Senado é o principal objetivo do programa

a estrutura arquitetônica, mas terão acesso a informações de cada um dos senadores. E é isso que nos interessa: que o cidadão saiba que o Senado está cumprindo seu papel.

Na cerimônia de lançamento, foi apresentada palestra sobre o tema “Patrimônio e turismo cultural”, pela professora Iara Brasileiro, do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília.

Também participaram do evento a diretora de Relações Públicas do Senado, Andréa Valente; a diretora da Secretaria de Informação e Documentação, Edna de Souza Carvalho; e servidores da Casa e da Câmara dos Deputados.

Seguro-desemprego poderá ser pago a domésticos sem FGTS

Os empregados domésticos demitidos sem justa causa, mesmo sem carteira assinada, poderão receber o seguro-desemprego, segundo projeto de Ana Rita (PT-ES) na pauta de quarta-feira da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Pelo PLS 678/11, o doméstico inscrito no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) terá direito ao benefício por até 6 meses, e o não inscrito, até 3 meses. A relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), propõe o limite de 6 meses para qualquer caso.

Outra proposta que a CAS deve analisar é o PLS 637/11, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que considera motivo de demissão com justa causa, por abandono de emprego, a falta injustificada ao trabalho por 20 dias ininterruptos.

Rádio comunitária poderá ter acesso ao BNDES e à Lei Rouanet

Propostas que permitem às rádios comunitárias receber financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ter acesso à Lei Rouanet podem ser votadas na quarta-feira na Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação (CCT).

No primeiro caso, o projeto original (PLS 556/07), do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), propunha o financiamento para adoção de sistema digital. O relator, Walter Pinheiro (PT-BA), sugeriu que o crédito possa ser usado para capacitação e modernização de equipamentos. O parecer é terminativo.

O PLS 629/11, sobre a Lei Rouanet, é de Paulo Paim (PT-RS) e tem o apoio do relator, Gim Argello (PTB-DF).

ICMS sobre comércio eletrônico deve ser votado na quarta

Novas regras de arrecadação do ICMS sobre o comércio eletrônico podem ser votadas nesta quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Em pauta, substitutivo de Renan Calheiros (PMDB-AL) para três propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam do assunto.

Atualmente, em operações interestaduais pela internet, o ICMS é recolhido pelo estado de origem do bem. A proposta de Renan é sujeitar essas transações, nas quais o comprador é uma pessoa física, ao mesmo tratamento dado às vendas que se realizam entre empresas de estados diferentes: caberá ao estado do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO: Discursos de senadores

14h A sessão plenária de hoje será não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

TERÇA

FERIADO

QUARTA

CCT: Radiodifusão comunitária

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática examina projeto que inclui o apoio cultural ao serviço de radiodifusão comunitária entre as iniciativas aptas a receber recursos incentivados. Também vota projetos de decreto legislativo que permitem o funcionamento de emissoras de rádio e TV.

CAS: Seguro para domésticos

9h Um dos projetos da pauta da Comissão de Assuntos Sociais concede aos empregados domésticos o pagamento de seguro-desemprego, independentemente de inscrição no Fundo de Garantia.

CCJ: ICMS do comércio eletrônico

10h Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, três propostas de emendas à Constituição que preveem a repartição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do comércio eletrônico entre os estados de origem e de destino das mercadorias.

QUINTA

AVIAÇÃO CIVIL: Indústria da aviação

14h A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil debate as políticas públicas para a indústria da aviação experimental com o diretor do Departamento de Política de Serviços Aéreos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Ricardo de Melo Rocha, e outros.

CMA: Uso sustentável de energia

8h30 O uso sustentável de energia será discutido em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente. Foi convidado para o debate, entre outros, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann.

CDH: Internação de usuários de drogas

9h Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos debate o relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos, sobre internação de usuários de drogas. Entre os participantes, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

TRÁFICO DE PESSOAS: Requerimentos

10h30 A Comissão Parlamentar do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas se reúne para votação de requerimentos.

CDR: Entorno do DF

11h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo analisa, entre outros, projeto que cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal. Na reunião, a CDR deve escolher seu vice-presidente.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burler

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

Romero Jucá: decisão do STF sobre ação afirmativa é vitória



Gerardo Magela/Agência Senado

Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou o Supremo Tribunal Federal (STF) por declarar constitucional

o sistema de cotas raciais em universidades públicas.

— O Supremo Tribunal Federal sinalizou pela igualdade, pela responsabilidade, pela busca de um entendimento e da construção de alternativas para todos os brasileiros, independentemente de raça, de credo, de religião — afirmou o parlamentar.

Jucá também destacou a atuação do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, na defesa das cotas durante o julgamento, e elogiou Paulo Paim (PT-RS) que, como observou, “representa muito bem tal posicionamento nesta Casa”.

Ao defender as cotas, Jucá lembrou que a iniciativa tem o apoio do governo federal.

— Foi uma vitória histórica — declarou, ressaltando que as cotas foram defendidas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que agora Dilma Rousseff tem a mesma postura.

Segundo Paim, cota em universidade ataca desigualdades



José Cruz/Agência Senado

Paulo Paim (PT-RS) comemorou a decisão do STF que declarou constitucional o sistema de cotas para negros e afrodescendentes em universidades públicas. Pela decisão do Supremo, disse o senador, é assegurada a reserva de 20% para que essa parcela da população tenha acesso à universidade.

O parlamentar ressaltou a importância de políticas públicas, como o sistema de cotas e o Programa Bolsa Família, para reduzir a desigualdade no país. Num universo de 100 milhões de afrodescendentes, disse ele, apenas 5% têm acesso à universidade.

— Eu gostaria de um dia poder dizer que não precisamos mais do Bolsa Família, porque todos têm direito ao trabalho, à aposentadoria decente, à dignidade, a um seguro social. Mas, enquanto isso não acontece, tem de ter, sim, o Bolsa Família, tem de ter política de cotas para combater essa desigualdade.

CPI do Cachoeira já recebeu 167 requerimentos dos parlamentares

Senadores e deputados que fazem parte da comissão de inquérito apresentaram, por exemplo, pedidos de depoimentos, de quebras de sigilos fiscal e bancário e de acesso a documentos sigilosos

INSTALADA NA QUARTA-FEIRA, a CPI mista do Cachoeira já acumulava, até a sexta, 167 requerimentos apresentados pelos senadores e deputados que integram o colegiado. São pedidos de documentos sigilosos, convocações de depoentes e quebras de sigilos fiscais e bancários.

Entre os depoimentos, os mais requisitados são os do contraventor Carlinhos Cachoeira e do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO). Também estão na lista os governadores de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), e do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT); o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; o procurador-geral da República, Roberto Gurgel; o sócio majoritário da Delta Construções, Fernando Cavendish; o ex-diretor da Delta Cláudio Abreu; e o contador Giovanni Pereira da Silva, apontado como tesoureiro de Cachoeira.

São muitos também os pedidos de quebra de sigilos bancário e fiscal. Estão no alvo da CPI, além de nomes supostamente ligados a Cachoeira, a Delta Construções e a Alberto & Pantoja Construções e Transportes, considerada pela polícia uma empresa de fachada, criada para receber

dinheiro “sujo” da Delta.

Entre os senadores, o que apresentou o maior número de requerimentos foi Alvaro Dias (PSDB-PR), com 31. A seguir, vem Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), com quatro, e Fernando Collor (PTB-AL), com três.

Por enquanto, a CPI aprovou apenas um requerimento, em sua primeira reunião, na quarta-feira, com pedido de informações ao Supremo Tribunal Federal (STF), à Procuradoria-Geral da República (PGR) e à Polícia Federal (PF) sobre as operações Vegas e Monte Carlo.

Plano de trabalho

A comissão tem reunião marcada para quarta-feira, às 14h30, quando o relator, deputado Odair Cunha (PT-MG), deve apresentar um plano de trabalho. Os integrantes da comissão ainda divergem sobre o melhor momento para começar a ouvir os acusados. Os parlamentares pretendem também eleger o vice-presidente do colegiado.

A relação completa de documentos da CPI e a dos 167 requerimentos apresentados até agora estão na página do Senado na internet, no link <http://bit.ly/CPMIVegas>

Pedro Simon pede a Dilma que apoie investigações

Pedro Simon (PMDB-RS) pediu o apoio da presidente Dilma Rousseff à CPI mista que vai investigar o envolvimento de agentes públicos e privados com o esquema de corrupção supostamente comandado por Carlinhos Cachoeira.

Na avaliação de Simon, a CPI oferece ao país a oportunidade de acabar com a impunidade.

— A CPI vai ter a grandeza de buscar a verdade, doa a quem doer. Acho que estamos vivendo um grande momento. Chegamos a zero no conceito, na moral, na dignidade e na ética neste país. Estamos começando a mudar. Essa perspectiva otimista de que estamos diante de um novo horizonte começa com a presidente.

Pedro Simon louvou a postura de Dilma de afastar de



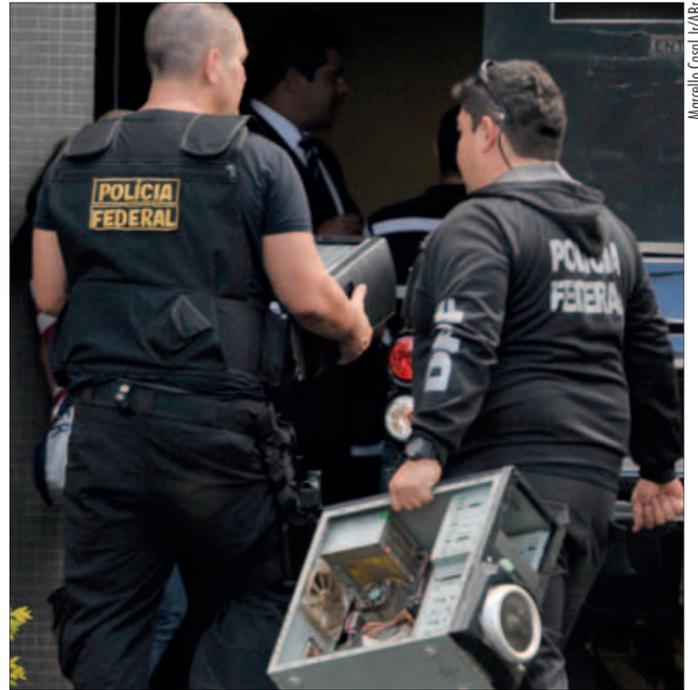
Gerardo Magela/Agência Senado

Pedro Simon: CPI é oportunidade para acabar com impunidade no país

seu governo ministros e outras autoridades suspeitas de envolvimento em atos de corrupção.

Em relação à CPI do Cachoeira, o senador disse ter gostado da garantia que Dilma deu à imprensa de demitir todos que aparecerem nas gravações com indicações de envolvimento.

— Talvez estejamos vivendo o momento do fim da impunidade. Presidente Dilma, tenha coragem, resista!



Marcello Casali Jr/ABr

PF apreende computadores em 29 de fevereiro, dia da prisão de Cachoeira

Alguns dos requisitados pela CPI

- ▶ **Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira:** principal alvo da Operação Monte Carlo da PF, foi preso em 29 de fevereiro por chefiar esquema de exploração de jogos ilegais. Também é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro.
- ▶ **Demóstenes Torres:** senador por Goiás, aparece em escutas telefônicas com Cachoeira e é acusado de trabalhar pelos interesses do contraventor no Congresso.
- ▶ **Fernando Cavendish:** sócio majoritário da Delta, empresa com grande número de obras do governo federal. Muitas, segundo a PF, obtidas com propinas.
- ▶ **Giovani Pereira da Silva:** contador de Cachoeira, está foragido.
- ▶ **Rosalvo Simprini Cruz:** outro suposto contador de Cachoeira.
- ▶ **Idalberto Matias de Araújo, o Dadá:** sargento da reserva da Aeronáutica, seria encarregado por Cachoeira de obter informações sigilosas e cooptar autoridades e policiais para o esquema.
- ▶ **Cláudio Abreu:** ex-diretor da Delta, foi desligado da empresa por sua vinculação com Cachoeira. Preso pela PF na quarta-feira.
- ▶ **Claudio Monteiro:** ex-chefe de gabinete do governador do DF, Agnelo Queiroz. Deixou o cargo depois de o *Jornal Nacional* revelar gravações feitas pela PF que apontam uma suposta ligação dele com o grupo de Cachoeira.
- ▶ **Andréa Aprígio de Souza:** ex-mulher de Cachoeira, é acusada de ser “laranja” do contraventor, escondendo recursos e patrimônio obtidos com os crimes.
- ▶ **João Carlos Feitosa, o Zunga:** ex-subsecretário de Esporte do DF. Escuta da PF revelou Zunga pedindo a um contador de Cachoeira que depositasse dinheiro em sua conta.
- ▶ **Delta Construções:** uma das maiores empreiteiras do Brasil e grande cliente do PAC, acusada de pagamento de propina para contratos de coleta de lixo no DF, de doações ilegais de campanha e de nomeações de políticos.
- ▶ **Brava Construções e Terraplanagem:** considerada pelas investigações uma empresa de fachada, criada exclusivamente para receber dinheiro “sujo” da Delta.
- ▶ **Alberto & Pantoja Construções:** A exemplo da Brava, também seria de fachada. Segundo a PF, ambas têm o mesmo endereço: um prédio numa cidade-satélite de Brasília onde existe uma oficina mecânica.

Mozarildo: além da Delta, há outras empresas envolvidas

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que proibir a exploração de jogos funciona como incentivo às atividades clandestinas. Conforme disse, isso ficou demonstrado na CPI dos Bingos, instalada em 2004 após denúncia de que Waldomiro Diniz, assessor do então ministro José Dirceu, extorquia dinheiro de empresários de jogos com o objetivo de arrecadar fundos para o PT.

— Se há proibição, não há regulamentação, não há legalização. O que acontece? Há um incentivo à clandestinidade. Isso ficou provado, mais do que provado, desde a CPI dos Bingos até agora.

O escândalo veio à tona depois da divulgação de gravação feita pelo contraventor Carlinhos Cachoeira, que voltou



Pedro Franco/Agência Senado

Mozarildo: manter jogo na ilegalidade incentiva atividades clandestinas

agora ao centro do noticiário. Mozarildo foi o vice-presidente da CPI dos Bingos. De acordo com ele, a nova CPI poderá aproveitar aquelas investigações e explorar a questão mais ampla da corrupção, que atinge todo o país.

Embora o noticiário esteja citando apenas a empresa Delta nas denúncias, ele disse ter certeza de que muitas outras estão envolvidas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Na CRA, Guilherme Galvão (E), Walter Tegani, Eduardo Brandão, senador Acir Gurgacz e Jay Wallace

Sem crescer, produção de cacau já não atende ao mercado interno

O endividamento, a falta de crédito rural, a tecnologia de produção pouco difundida e outros aspectos da situação da cacauicultura no país foram discutidos na CRA

O ENDIVIDAMENTO, A falta de crédito rural e a tecnologia pouco difundida são alguns dos gargalos para o crescimento da produção de cacau no Brasil. Os brasileiros, que já foram responsáveis pela segunda maior produção do mundo na década de 1980 (cerca de 400 mil toneladas por ano), não se recuperaram dos prejuízos da vassoura-de-bruxa, praga que destruiu boa parte das lavouras na década de 1990. Agora, com média de apenas 230 mil toneladas (dados de 2010), os produtores pedem apoio do governo.

A situação foi discutida em audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na sexta-feira. O consumo de chocolate no país saltou, nos últimos dez anos, de 300 gramas por pessoa para 1,3 quilo, e também cresceu significativamente no mercado externo. É preciso agora incrementar a produção brasileira (da Bahia, Pará, Rondônia, Espírito Santo, Mato Grosso e Amazonas) para reconquistar, ao menos, o mercado nacional.

— Temos todos os elos da cadeia: produzimos, processamos e consumimos. É falta de senso continuar exportando cacau barato e importando chocolate caro — disse o diretor da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira (Ceplac), Jay Wallace da Silva e Mota.

Para Walter Tegani, da Associação das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), se as empresas ampliarem o processamento, precisarão importar mais produtos, já que o mercado interno já não consegue atendê-las.

Diretor da Associação dos Produtores de Cacau (APC), Guilherme Galvão disse que os primeiros financiamentos para recuperação dos prejuízos causados pela vassoura-de-bruxa não produziram os resultados esperados, pois a praga não foi integralmente contida, e desde então os agricultores não conseguem quitar suas dívidas com os bancos. Assim, perdem para a concorrência, principalmente da Costa do Marfim e da Malásia.

Sustentabilidade

Para Galvão, o Brasil precisa, ao menos, conseguir ser autossuficiente no setor. Ele também afirmou que a lavoura de cacau é uma “escola de sustentabilidade”, especialmente no modelo de cabruca (plantação junto à flora nativa, cuja sombra provoca aumento da quantidade de frutos), que preserva a mata nativa, protege o solo e resgata carbono. Também representa grande mercado de mão de obra rural, pois o cultivo é pouco mecanizado.

A solução defendida na audiência passa por renegociar as dívidas dos produtores e investir na divulgação de tecnologias — com implantação de mudas mais resistentes às pragas, controle do sombreamento e do manejo e aumento da produtividade por área.

O presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), anunciou que, em maio, a comissão promoverá audiência com representantes do governo federal especificamente sobre o endividamento dos produtores rurais.

Luiz Henrique critica deputados federais por quebra de acordo sobre o Código Florestal

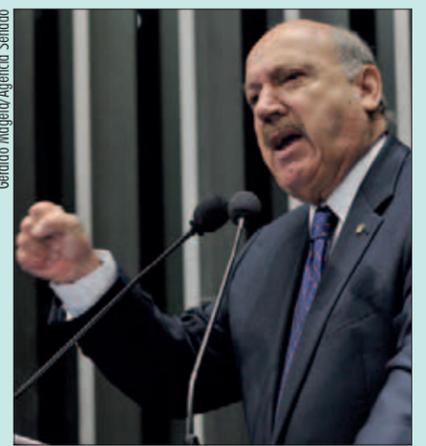
Luiz Henrique (PMDB-SC) acusou os deputados federais não cumpriram a palavra que haviam dado quando modificaram o texto do novo Código Florestal, que eles próprios haviam ajudado a construir em 2011 no Senado. Ele se disse frustrado e decepcionado com o texto final aprovado pela Câmara dos Deputados.

O senador frisou que, “para evitar gestos inúteis”, o projeto enviado à Câmara em dezembro, pelo Senado, havia sido resultado de um amplo entendimento dos senadores com lideranças dos deputados, em especial com os da Frente Parlamentar da Agricultura.

Ele trabalhou ao lado de Jorge Viana (PT-AC) na relatoria do projeto no Senado.

— Não houve artigo, parágrafo, alínea, frase, palavra que não tivesse sido discutida com aquelas ilustres lideranças da Câmara. Palavra empenhada deve ter a força de uma bíblia, o peso de uma verdade histórica. Com a palavra empenhada, é nosso dever tornar irrevogável o cumprimento de acordos.

Luiz Henrique disse estar convicto de que a presidente Dilma Rousseff vetará as partes do projeto aprovado



Gerardo Magela/Agência Senado

Luiz Henrique: deputados ajudaram Senado na construção do texto, mas agora voltaram atrás

na Câmara que não respeitaram a grande convergência entre deputados e senadores.

Diante desse texto, Luiz Henrique e Jorge Viana decidiram apresentar um projeto (PLS 123/12) que retoma as linhas originais. O texto institui o Programa de Regularização Ambiental para atividades consolidadas em área de preservação permanente (APP) e de reserva legal.

— Faço um apelo para que o Senado vote esse projeto em regime de urgência urgentíssima, para que vá à Câmara e lá seja deliberado rapidamente.

Humberto elogia medidas contra a seca no Nordeste

Humberto Costa (PT-PE) elogiou, na sexta-feira, as medidas anunciadas pela presidente Dilma Rousseff para enfrentar a estiagem que atinge os nove estados do Nordeste, além do norte de Minas Gerais, e é considerada uma das piores dos últimos 40 anos.

O pacote de ações anunciado na terça, em Sergipe, inclui R\$ 2,7 bilhões para construção de cisternas, poços e sistemas de abastecimento de água, além da criação do Bolsa Estiagem, disse o senador.

— A presidenta Dilma está atenta aos problemas da nossa região. Durante o encontro em Sergipe, ela foi firme ao garantir que o seu governo não deixará que a seca devaste tudo o que foi conquistado pelos nordestinos nos últimos anos com a redução da miséria e o aumento do poder de compra da população.



Gerardo Magela/Agência Senado

Anibal: busca por gás no Acre respeitará ambiente e índios

Anibal Diniz (PT-AC) falou do início de estudos de prospecção de reservas de gás natural e petróleo no Vale do Juruá, no Acre. O levantamento deverá durar oito meses e, se for confirmada a existência de jazidas, o estado poderá licitar a prospecção logo em seguida.

De acordo com o senador, o secretário de Meio Ambiente do Acre, Edegar de Deus, assegurou que os estudos acarretarão os menores impactos ambientais possíveis. Há a garantia de se indenizarem populações eventualmente afetadas nessa fase.

— Houve o cuidado para os estudos de prospecção de gás e petróleo não afetem as reservas indígenas e ambientais. O estado também assumiu o compromisso de destinar parte dos royalties ao desenvolvimento socioambiental dos povos tradicionais, incluindo os índios.



Gerardo Magela/Agência Senado

Acir Gurgacz defende políticas integradas e estruturantes para agricultura familiar

A modernização da agricultura familiar, segundo Acir Gurgacz (PDT-RO), depende de políticas públicas que assegurem assistência técnica direta ao produtor, educação, eletrificação no campo, boas estradas e crédito rural. O senador defendeu a integração de ações federais e estaduais de longo prazo para a parcela mais pobre da população rural.

— A agricultura brasileira é das mais produtivas, mas é cheia de contrastes: reúne o que há de mais moderno e de mais arcaico em termos de métodos e técnicas. Políticas de transferência de renda dificilmente conseguirão equalizar esses dois Brasis — disse.

Quanto ao novo Código Florestal, Gurgacz disse esperar que a presidente Dilma Rousseff sancione logo a lei.